

Esta obra busca concentrar a maior quantidade possível de informações à valorização do Fundo de Comércio aplicadas à Lei do Inquilinato. Com isto objetiva-se nutrir a formação de uma melhor jurisprudência e de procedimentos periciais, quiçá, de vanguarda, e em especial, ser um referente aos profissionais que buscam como filosofia de trabalho a equidade, a isonomia, a independência e a imparcialidade de juízo acadêmico e científico.

O foco central é semântico e de amplo aspecto do Direito Contábil, e tem a pretensão de provocar uma ampla e irrestrita percepção e reflexão sobre o tema abordado: Fundo de Comércio frente à Lei 8.245/91, ressaltando que não se pretende esgotar as pesquisas, mas apresentar uma contribuição para um repensar dos contabilistas em relação aos procedimentos de avaliação do Fundo de Comércio, buscando prestigiar e valorizar a informação contábil.

APLICAÇÃO:

Recomendada para peritos em contabilidade, advogados, economistas, auditores, advogados, contadores, administradores, investidores, juízes e árbitros, como sendo elemento para um programa de educação continuada, voltado ao fundo de comércio.

E, em decorrência de sua forte característica doutrinária, é indicada como elemento essencial das fundamentações que embasam as disputas e, conseqüentemente, as indenizações ligadas à rescisão de contrato de aluguel não residencial, seja na esfera arbitral ou judicial.

O seu uso profissionalizante decorre de uma base de preceito científico, que normalmente é aplicada em pareceres, laudos, relatos e sentenças. Destacamos a sua aplicação também no meio acadêmico quando da elaboração de artigos, monografias, dissertações e teses.



Resumo de Fundo de Comércio e Lucros Cessantes na Lei do Inquilinato. Aspectos da Prova Contábil

Esta obra busca concentrar a maior quantidade possível de informações sobre a valorização do Fundo de Comércio aplicadas à Lei do Inquilinato. Com isto objetiva-se nutrir a formação de uma melhor jurisprudência e de procedimentos periciais, quiçá, de vanguarda, e em especial, ser um referente aos profissionais que buscam como filosofia de trabalho a equidade, a isonomia, a independência e a imparcialidade de juízo acadêmico e científico.

O foco central é semântico e de amplo aspecto do Direito Contábil, e tem a pretensão de provocar uma ampla e irrestrita percepção e reflexão sobre o tema abordado: Fundo de Comércio frente à Lei 8.245/1991, ressaltando que não se pretende esgotar as pesquisas, mas apresentar uma contribuição para um repensar dos contabilistas em relação aos procedimentos de avaliação do Fundo de Comércio, buscando prestigiar e valorizar a informação contábil.

Aplicação: Recomendada para peritos em contabilidade, advogados, economistas, auditores, advogados, contadores, administradores, investidores, juízes e árbitros, como sendo elemento para um programa de educação continuada, voltado ao fundo de comércio.

E, em decorrência de sua forte característica doutrinária, é indicada como elemento essencial das fundamentações que embasam as disputas e, conseqüentemente, as indenizações ligadas à rescisão de contrato de aluguel não residencial, seja na esfera arbitral ou judicial.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)